

CAPOEIRA E RESISTÊNCIA CULTURAL:

A ATUAÇÃO DA ESCOLA DE CAPOEIRA REGIONAL REMANESCENTES NO DESENVOLVIMENTO DO PARQUE PEDRA DE XANGÔ

Josenilson Alex da Apresentação
Taise Tassia Santos da Mata
Manoel Joaquim Fernandes de Barros
Maria Alice Pereira da Silva

GRUPO DE TRABALHO: GT3: Cultura, identidade e territórios

RESUMO

Este estudo discute as práticas realizadas pela Escola de Capoeira Regional Remanescentes (ECRR) no território do Parque Pedra de Xangô, Cajazeiras, Salvador (BA), entre 2007 e 2025, identificando a capoeira como uma forma de resistência cultural e desenvolvimento humano. Inicia-se com a questão da invisibilidade acadêmica da experiência comunitária afrodescendente, do tipo de experiência vivida e relatada por praticantes na ECRR, que entrelaçam cultura, identidade e educação em geografias periféricas. A lacuna detectada relaciona-se com as poucas pesquisas que abordaram a capoeira como uma estratégia de ocupação simbólica e transformação social. A pesquisa é informada pelo valor agregado ao conhecimento ancestral marginalizado. Uma metodologia qualitativa, com orientação etnográfica, incluindo o uso de história oral, observação participante e revisão de documentos, é empregada. Os achados sugerem que a ECRR aumenta o sentimento de pertencimento, amplia as liberdades reais (Sen, 2010) e exporta a cultura afro-brasileira para o mundo mais amplo. Considera-se que a capoeira é um vetor de desenvolvimento territorial e, portanto, deve ser considerada uma política pública de inclusão e cidadania.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Capoeira. Território afro-brasileiro. Pedra de Xangô. Resistência cultural.

1. INTRODUÇÃO

A Pedra de Xangô constitui um sítio natural afro-brasileiro situado na Avenida Vale do Assis Valente, em Salvador, conectando bairros como Cajazeiras X, Fazenda Grande I e II, Boca da Mata e a Estrada Velha do Aeroporto. Com mais de dois bilhões de anos, essa formação rochosa possui importância histórica, ambiental, religiosa e cultural, sendo compreendida não apenas como um marco geológico, mas como território simbólico ressignificado por comunidades negras urbanas que ali reafirmam ancestralidade e

resistência diante da modernidade urbana excludente (Silva, 2023).

A territorialidade negra, concebida como apropriação simbólica e afetiva do espaço, permite compreender a presença negra como forma de enfrentamento à lógica de apagamento e intolerância. Essa presença se manifesta na ocupação da Pedra de Xangô como lugar sagrado e político, contrapondo-se à homogeneização dos espaços urbanos. A partir de Foucault (2021) e Sodré (2002), observa-se que a invisibilização dos territórios tradicionais negros integra uma racionalidade que molda a cidade por meio da supressão da diferença e da normatização do espaço urbano moderno (Foucault, 2021; Sodré, 2002).

Diante desse panorama, este estudo investiga de que modo a atuação da ECRR contribui para o desenvolvimento humano, cultural e territorial do Parque Pedra de Xangô entre 2007 e 2025, tomando a capoeira como eixo de resistência e afirmação identitária. A pesquisa analisa o impacto das ações da escola na consolidação do parque como território de memória e pertencimento, evidenciando o papel das práticas culturais como instrumentos legítimos de reexistência afro-brasileira em contextos urbanos de vulnerabilidade (Lefebvre, 2001; Escolar, 2015).

O objetivo geral consiste em compreender a capoeira como prática de desenvolvimento, resistência e construção simbólica da Pedra de Xangô como território negro. Entre os objetivos específicos, destacam-se: examinar o valor simbólico do parque como espaço de resistência; investigar as práticas da ECRR e seus efeitos sobre a identidade comunitária; analisar como essas práticas interferem no desenvolvimento humano e cultural do entorno; e registrar os modos como a escola se articula com a territorialidade afro-diaspórica (Santos; Meneses, 2010).

A presença da ECRR no Parque Pedra de Xangô não apenas ressignifica o espaço como também o torna instrumento de memória coletiva e justiça social. Trata-se de um caso exemplar de como práticas culturais são capazes de produzir novas formas de desenvolvimento territorial enraizadas em pertencimentos históricos. Ao dialogar com o GT3 do XII Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional, este trabalho propõe uma leitura crítica e engajada das experiências de capoeira em territórios negros urbanos como estratégias concretas de transformação social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Rego (1968) reconhece a capoeira como uma expressão desenvolvida pelos

africanos escravizados no Brasil, articulando luta, canto e dança como estratégias de preservação cultural e sobrevivência simbólica diante da opressão colonial. Essa prática, ao atravessar os séculos, manteve sua força enquanto manifestação identitária e foi posteriormente reconhecida como patrimônio imaterial pelo IPHAN e pela UNESCO, o que reafirma seu enraizamento na memória coletiva afro-brasileira e sua relevância para o fortalecimento de formas autônomas de existência (Rego, 1968; IPHAN, 2008; UNESCO, 2014).

A crítica à exclusão histórica de saberes não hegemônicos é aprofundada por Quijano e Escobar, que problematizam a colonialidade do poder e os efeitos da globalização sobre os modos de vida racializados. Ao denunciar o apagamento estrutural das culturas negras, esses autores reforçam a importância de práticas como a capoeira na revalorização do conhecimento ancestral e na reorganização simbólica dos territórios. Essa abordagem revela que a presença da capoeira em contextos periféricos não é apenas resistência estética, mas também uma insurgência contra as hierarquias coloniais ainda vigentes (Quijano, 2005; Escobar, 2015).

3. METODOLOGIA

A realização desta pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa com base etnográfica, integrando a história oral temática como meio de reconhecer as memórias coletivas enquanto manifestação das identidades negras e das práticas de resistência no território da Pedra de Xangô. O estudo concentrou-se na trajetória da Escola de Capoeira Regional Remanescentes (ECRR), entre os anos de 2007 e 2025, no bairro de Cajazeiras, em Salvador, estendendo-se posteriormente à Espanha. Essa escolha metodológica buscou captar, por meio da escuta e da convivência, os sentidos atribuídos à capoeira em sua articulação com a cultura, a educação e o território (Haesbaert, 2004; Escobar, 2015; Sen, 2010; Quijano, 2005).

O percurso empírico envolveu a observação participante em oficinas e rodas de capoeira, a análise documental de materiais produzidos pela própria ECRR (incluindo projetos, dossiês, registros oficiais e publicações digitais), além de entrevistas abertas com mestres e educadores formados pela escola. A escolha dos interlocutores baseou-se na relevância simbólica de suas trajetórias, conforme os princípios da história oral. Esses procedimentos foram articulados por meio da triangulação metodológica, conforme propõem

Marcondes e Brisola (2014), permitindo confrontar os dados colhidos com os referenciais teóricos e o contexto territorial da pesquisa, sem perder de vista o envolvimento ético e afetivo com os sujeitos.

A própria inserção dos pesquisadores no campo foi assumida como componente legítimo da análise, respeitando o princípio da imersão sensível nas experiências cotidianas, conforme defendido por Magnani (2009). Em consonância com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o estudo assegurou consentimento informado, privacidade e proteção dos dados dos participantes. A consistência da interpretação não se apoia apenas na fidelidade empírica, mas na coerência entre teoria, método e território, revelando como a capoeira, praticada em contextos periféricos, institui sentidos de pertencimento, educação e reconstrução social (Magnani, 2009; Marcondes; Brisola, 2014).

4. CULTURA COMO FORÇA DE DESENVOLVIMENTO E RESISTÊNCIA SIMBÓLICA

Harvey (2013) observa que a expansão do urbanismo neoliberal elimina os vínculos afetivos e substitui os espaços de convivência por zonas de segregação, enfraquecendo a experiência coletiva da cidade. Nesse cenário, a cultura popular opera como força contra-hegemônica, mobilizando linguagens ancestrais para reivindicar dignidade e direito à cidade. Essa resistência se inscreve não apenas na preservação de símbolos materiais, mas também na proposição de outros modos de vida. Escobar (2015) argumenta que comunidades indígenas, negras e camponesas constroem alternativas baseadas em espiritualidade, memória e coletividade, desafiando o padrão homogêneo imposto pela lógica de mercado. Esses mundos possíveis se expressam como insurgências ontológicas diante da colonização dos sentidos e das práticas (Harvey, 2013; Escobar, 2015).

Quijano (2005) acrescenta que a colonialidade do poder sustenta hierarquias fundadas em raça, trabalho e racionalidade eurocêntrica, perpetuando a deslegitimação de saberes produzidos fora do modelo ocidental. Essa lógica marginaliza expressões como a capoeira e os rituais afro-brasileiros, mantendo-as à margem das políticas culturais formais. Escobar (2015) reforça que o território é espaço vivido e carregado de memória, onde se constroem continuidades étnicas e se organizam resistências que não cabem nas fórmulas econômicas dominantes. Nesse sentido, repensar o desenvolvimento regional exige romper com parâmetros puramente técnicos e reconhecer a cultura como dimensão estrutural das redes sociais e da justiça territorial (Quijano, 2005; Escobar, 2015).

XII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional 2025

Planejamento e Desenvolvimento Regional: Estado, Mercado e Sociedade

ISSN 2447-4622



4.1 Capoeira como patrimônio cultural e resistência

A prática da capoeira, desenvolvida por africanos escravizados no Brasil, consolidou-se como uma linguagem de resistência e afirmação identitária, fundamentada na oralidade, no canto e na transmissão intergeracional. Rego (1968) reconhece nesse corpo-movimento um dispositivo simbólico de sobrevivência política e cultural frente ao regime colonial. Amaral e Santos (2015) reforçam essa leitura ao identificarem a capoeira como resposta duradoura ao sistema escravagista, articulando zonas de liberdade e criando vínculos que sustentam a memória coletiva. Mesmo sob repressão, como enfatiza Nascimento (2002), essa prática floresceu como expressão estética e espiritual, mantendo-se vinculada à ancestralidade e à luta pela autonomia dos corpos e territórios negros (Rego, 1968; Amaral; Santos, 2015; Nascimento, 2002).

Apesar da consagração cultural, os mestres de capoeira permanecem em condição de invisibilidade institucional, sendo excluídos de políticas públicas que reconheçam sua atuação pedagógica, artística e comunitária. Amaral e Santos (2015) denunciam essa desconexão entre a valorização simbólica do ofício e o não reconhecimento formal da profissão. A proposição do Projeto de Lei nº 3640/2020 tenta suprir essa omissão ao propor a regulamentação da atividade dos capoeiristas como agentes culturais, garantindo-lhes dignidade laboral e direitos sociais. Essa medida reconhece a capoeira como uma prática com potencial educativo e transformador, exigindo do Estado uma reparação histórica aos seus praticantes (Amaral; Santos, 2015; Brasil, 2020).

A força simbólica da capoeira se amplia quando aliada a políticas de salvaguarda que reconhecem os mestres como sujeitos de direito e agentes de preservação cultural. O IPHAN (2018) sustenta que sua proteção envolve não apenas o registro da prática, mas também o reconhecimento da trajetória de vida dos mestres, suas redes comunitárias e seus modos de ensinar. A atuação da ECRR no Parque Pedra de Xangô, ao integrar capoeira, espiritualidade e pertença étnico-cultural, exemplifica esse entrelaçamento entre corpo, memória e território. Ao ocupar esse espaço sagrado, os praticantes reconstruem vínculos ancestrais e enfrentam a exclusão epistêmica apontada por Santos e Meneses (2010), que denunciam a persistência de uma racionalidade ocidental que marginaliza saberes como a capoeira (IPHAN, 2018; Santos; Meneses, 2010).

4.1.1. A Experiência da Escola de Capoeira regional remanescentes

Fundada em 2007 no Loteamento Santo Antônio, em Cajazeiras XI (Salvador/BA), por Josenilson Alex da Apresentação, conhecido como Mestre Jegue, a Escola de Capoeira Regional de Rua (ECRR) iniciou sua trajetória de modo itinerante, reunindo crianças e jovens sob uma mangueira para aulas gratuitas. Discípulo de Mestre Saci e Mestre Braz (ambos ligados à linhagem de Mestre Bimba), Mestre Jegue utilizava gestos simples, como a oferta de um iogurte, para acolher os participantes, conforme registrado em matéria da TV Bahia (2015). A capoeira, nesse início, tornava-se linguagem de afeto, pertencimento e mobilização territorial (TV Bahia, 2015).

Gradualmente, a ECRR passou a ocupar igrejas, escolas e outros espaços emprestados da comunidade. Parcerias com instituições como as Escolas Municipais 15 de Maio, Maria Antonieta Alfarano e Professora Elisa Saldanha permitiram à escola consolidar sua presença nos contextos escolares. Esse vínculo provocou uma reconfiguração pedagógica, impulsionando jovens do próprio bairro a buscarem formação acadêmica e a se tornarem educadores e multiplicadores. Rocha (2019) observa que, mesmo com escolaridade formal, negros enfrentam barreiras na conversão de capital educacional em ascensão social, evidenciando o impacto estrutural do racismo. A ECRR, ao atuar nesse cenário, reforça os laços sociais e amplia a capacidade de ação da juventude negra (Rocha, 2019).

A internacionalização do projeto teve início em 2008, quando Sérgio Veloso, conhecido como Contramestre Frika, fundou núcleos da ECRR na Espanha. A partir daí, a escola passou a manter vínculos com grupos e praticantes em diversos países, promovendo um fluxo contínuo de intercâmbio cultural. Os festivais internacionais realizados em Salvador se tornaram espaços de encontro e circulação de saberes, fortalecendo o reconhecimento internacional da experiência desenvolvida em Cajazeiras. A capoeira, nesse percurso, atua como linguagem transnacional, conectando corpos, territórios e narrativas (Rocha, 2019; Campos, 2009).

A relação da ECRR com o território do Parque Pedra de Xangô representa uma expansão simbólica da escola. Suas atividades contribuíram para o tombamento do local como patrimônio cultural de Salvador em 2017, tornando-o sede simbólica e espaço de formação contínua. Meneses (2019) destaca os festivais realizados nesse território como

momentos de celebração, resistência e construção política, nos quais a ancestralidade afrodescendente é atualizada por meio da música, da roda e da coletividade. Essa ocupação transforma o espaço urbano em lugar de pertencimento e memória viva (Salvador, 2017; Meneses, 2019).

Ao adotar a capoeira como prática pedagógica e política cultural, a ECRR afirma que desenvolvimento não pode ser reduzido ao crescimento econômico. Canclini e Piedras (2005) argumentam que desenvolvimento implica também bem-estar coletivo, inclusão e fortalecimento simbólico. A escola promove dignidade e resistência em territórios periféricos, articulando saberes tradicionais, cidadania e construção de autonomia. Essa abordagem fortalece redes e valores que operam na contramão das exclusões urbanas (Canclini; Piedras, 2005).

A permanência da ECRR em Cajazeiras também se configura como enfrentamento direto às formas modernas de controle e exclusão. Foucault (2008) observa que o poder opera no corpo e no espaço por meio de regulamentos que modelam condutas e limitam presenças. Nesse sentido, a ocupação da Pedra de Xangô é uma insurgência pedagógica que afirma o direito à memória e à vida coletiva. A prática contínua da capoeira torna-se um gesto político de permanência e transformação, convocando os sujeitos à reexistência em territórios historicamente marginalizados (Foucault, 2008).

4.2. TERRITÓRIO E CULTURA DE IDENTIDADE NEGRA

Nos territórios negros periféricos, o pertencimento se estrutura na permanência e na ressignificação cotidiana do espaço frente às tentativas históricas de silenciamento. No bairro de Cajazeiras, em Salvador, o Parque Pedra de Xangô materializa essa construção coletiva, sendo reconhecido pela Lei Municipal nº 9.278/2017 como patrimônio cultural de matriz africana. Sua relevância ultrapassa a dimensão simbólica, pois ali se entrelaçam espiritualidade, memória e práticas comunitárias que sustentam modos de vida marcados pela ancestralidade. A página Catado de Cultura registra esse vínculo ao apresentar a Pedra de Xangô como um espaço de liberdade que resistiu à violência do período escravista e permanece como solo sagrado e educativo:

As mãos agitadas tiravam da frente, com ágil reflexo, os galhos das árvores e arbustos. O suor escorria em seus corpos negros. Ofegavam. Olhos vermelhos, veias do rosto alteradas e

pernas ditavam o ritmo frenético da corrida. Eles só queriam chegar à Pedra do Buraco da Onça – a hoje rebatizada Pedra de Xangô –, o refúgio mais seguro naquelas ocasiões. [...] Hoje, a estrutura rochosa sofre ameaça de ser devastada pelos paradoxos da especulação imobiliária da cidade do Salvador (Catado De Cultura, 2021).

Santos e Meneses, ao apontarem que a exclusão colonial é mantida por estruturas que operam no presente, ajudam a compreender a persistência de disputas simbólicas mesmo após avanços legais, como o tombamento da Pedra de Xangô. A marginalização de saberes e práticas negras não ocorre apenas por omissão, mas por mecanismos ativos de negação e silenciamento, que operam na esfera cognitiva, institucional e territorial. Nesse contexto, reconhecer a capoeira como instrumento de conhecimento e a presença da ECRR como ação legítima de produção de saber é uma forma de romper com a colonialidade que impede o pleno reconhecimento da cultura negra como fundamento do desenvolvimento urbano (Santos; Meneses, 2010).

A importância do território aparece na fala de Víctor Martinez Mari, capoeirista espanhol vinculado à ECRR:

“Foi em 2019 que eu viajei pela segunda vez ao Brasil, da minha formatura em capoeira regional, onde eu conheci o Parque Pedra de Xangô [...]. Aquilo foi como chegar a uma terra sagrada. Para um capoeirista que estuda essa herança afro-brasileira, é um lugar muito forte que tem que ser preservado.”

A TV Bahia (2015) recupera a imagem inaugural da ECRR sob a mangueira, onde um simples iogurte ofertado em troca de uma ginga tornava-se gesto pedagógico, construindo um espaço de cuidado e iniciação cultural. Nesse cenário, trajetórias como a do aluno Douglas, que superou dificuldades escolares e se tornou campeão, sintetizam o potencial transformador da roda. Esses testemunhos, longe de serem anedóticos, confirmam o que Pedreño e Blasco analisam como dinâmicas de territorialização cultural: práticas locais, enraizadas em experiências negras periféricas, geram circuitos de valor simbólico e reconhecimento global, projetando Cajazeiras como polo internacional de cultura viva (Pedreño, 2010; Blasco, 2018).

4.2.1 Reconhecimento institucional e políticas públicas

O caminho do ECRR, em Cajazeiras, tem lentamente ganhado reconhecimento das

políticas públicas de cultura, esportes e educação em níveis municipal e estadual e se consolidado como uma referência territorial na formação de cidadãos – através da capoeira. Um reconhecimento que é narrado em documentos e registros da instituição.

Em 2015, a escola foi mencionada no catálogo *Capoeira em Salvador: Registro de Mestres e Instituições*, parte da Coleção Capoeira Viva, lançada pela Fundação Gregório de Mattos (FGM). Mais recentemente, a ECRR teve seu projeto “Cultura e Capoeira na Escola” aprovado no edital Capoeira Viva nas Escolas (2ª edição – 2024), também promovido pela FGM. O projeto, feito por Gabriel Jonatan dos Santos Rocha foi celebrado para ser desenvolvido na Escola Elycio Athayde, situada em Cajazeiras (FGM, 2024).

Bem como, Gabriel, representante da ECRR, foi contemplado no edital Bolsa Esporte 01/2021, promovido pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (BAHIA, 2021), como atleta da modalidade capoeira. Em 2025, a ECRR foi habilitada como Ponto de Cultura no edital 02/2025 – Prêmio Pontos de Cultura de Salvador, também da FGM (SALVADOR, 2025). Esses registros documentais reforçam os dados obtidos nas entrevistas e evidenciam a centralidade da ECRR como um ator cultural e educativo estruturante no território de Cajazeiras.

5. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Por muito tempo, o desenvolvimento regional foi reduzido ao desenvolvimento econômico: ao crescimento da renda e da atividade produtiva. É esse reducionismo que explica por que as políticas públicas, insensíveis às desigualdades estruturais territoriais e às dinâmicas culturais, baseadas unicamente em aspectos quantitativos como o PIB, não consideram as desigualdades estruturais e as dinâmicas culturais presentes nos territórios. No entanto, essa abordagem foi contestada por intelectuais como Amartya Sen (2010), que argumenta que o desenvolvimento é um conceito mais complexo, que vai além do bem-estar material ao abranger um conjunto de liberdades reais no âmbito da educação, saúde, participação política e aceitação cultural.

Entre outras coisas, no nível do desenvolvimento regional, essa mesma perspectiva também permitiu afirmar que os territórios não são “meros espaços geográficas”, a serem geridos ou explorados em busca de objetivos econômicos, mas sim “produtos naturais e sociais” constituídos por identidades coletivas e práticas culturais, além de formas de pertencimento. Autores como Milton Santos (2006) e Henri Lefebvre (2001) sustentam que o

desenvolvimento deve considerar os sujeitos dos territórios como protagonistas e reconhecer suas formas de organização e poder para conferir significado.

A capoeira, nesse sentido, deixa de ser apenas uma expressão corporal e passa a operar como vetor de transformação territorial. Ao articular música, corpo, história e cultura, ela rompe com a lógica de exclusão imposta às periferias urbanas, criando sentidos para o desenvolvimento. Dessa forma, a experiência da ECRR revela que o desenvolvimento regional não se resume a grandes obras ou investimentos, mas pode emergir de iniciativas locais, que valorizam os saberes tradicionais, fortalecem o pertencimento e promovem novas formas de vida digna nos territórios.

5.1. Desenvolvimento humano

Amartya Sen (2010) é um dos principais autores que sugere esse paradigma. Para ele, o verdadeiro desenvolvimento é aquele que amplia as liberdades substanciais das pessoas — ou seja, suas capacidades reais de ser e fazer coisas que elas valorizam. Sob esse ângulo, privações como analfabetismo, racismo sistemático, insegurança ou obliteração cultural são tanto um conjunto grave de restrições quanto a pobreza material, porque mantêm as pessoas privadas da possibilidade de escolha e da capacidade de se transformar.

Esse entendimento é particularmente relevante nos territórios periféricos, onde os marcadores sociais da diferença — como raça, classe e gênero — operam como barreiras à equidade. Rocha (2019) observa que, mesmo quando negros alcançam níveis educacionais elevados, enfrentam entraves para acessar posições de prestígio, renda e reconhecimento simbólico, revelando uma sociedade civil impermeável à igualdade racial. Esses bloqueios revelam que o investimento em educação, por si só, não garante desenvolvimento pleno, se não vier acompanhado do fortalecimento das dimensões simbólicas, culturais e políticas da vida social.

5.1.1. Capoeira Território e Desenvolvimento Humano

A ECRR tem se constituído como um espaço formador de sujeitos autônomos e comprometidos com a transformação social em seus territórios. Mais do que ensinar a ginga e os toques do berimbau, a escola promove uma formação cidadã, que articula pertencimento, identidade, qualificação e emancipação por meio da capoeira e dos valores culturais afro-brasileiros. O relato de Gabriel Jonatan dos Santos Rocha, aluno e hoje professor da escola, expressa com nitidez esse processo:

Foi na escola de capoeira regional Remanescentes que eu pude, de fato, desenvolver o meu sentimento de pertencimento. [...] Por meio da capoeira voltei a estudar, terminei o ensino fundamental, o ensino médio, ingresssei no ensino superior [...]. Vivo hoje da arte, dou aula nas escolas públicas, dou aulas particulares e foi a capoeira que me oportunizou a ter uma mudança de paradigma, uma mudança de realidade, de status social, profissional, educacional.”

De forma semelhante, Sonilze Santos da Silva, professora de Educação Física e Pedagoga em formação, destaca o papel central da capoeira em sua caminhada pessoal e profissional: “Acredito que a capoeira é agente transformador, e que ainda vai mudar a realidade de muitas pessoas, como mudou a minha. Eu vivi da capoeira há cerca de 8, 10 anos, até concluir o nível superior.”

A potência dessa prática enquanto recurso de formação e reinvenção de si é também evidenciada no caso de Douglas, menino com histórico de dificuldades escolares, que, após ingressar no projeto da ECRR, passou a se destacar na capoeira. Seu exemplo foi divulgado em reportagem da TV Bahia (2015), que registrou a transformação proporcionada por essa vivência coletiva. A matéria remonta aos primeiros passos do projeto (sob uma mangueira, em Cajazeiras) e enfatiza a capacidade da capoeira de operar como ferramenta de cuidado, inclusão e reconstrução de identidades.

Esses relatos, articulados a partir da vivência concreta dos sujeitos, demonstram que a formação oferecida pela ECRR não se restringe à dimensão técnica da capoeira, mas integra um projeto político e cultural de valorização da ancestralidade, promoção da autoestima e reconstrução de trajetórias de vida. Trata-se de uma experiência formativa que articula a corporeidade, a oralidade, a coletividade como elementos constitutivos da educação nos territórios negros periféricos. Ao potencializar as liberdades reais de seus

participantes, como propõe Sen (2010), a ECRR transforma a roda em um espaço de desenvolvimento humano.

5.2. Desenvolvimento do capital humano

Como destacado por Souza (2018), tal lógica também acabou restringindo o capital humano a um conjunto de competências técnicas direcionadas ao mercado, ignorando fatores estruturais que delimitam as reais possibilidades de desenvolvimento para a população negra e periférica. Contra esse paradigma, a abordagem da ECRR é uma estratégia real de valorização do capital humano em sua totalidade, já que inclui a formação completa do homem em todas as suas dimensões, o sentido de pertencimento e de integração social.

A resposta da ECRR a esse cenário é a criação de um ecossistema formativo baseado na educação, cultura e solidariedade. Jovens como Gabriel Jonatan e Sonilze Santos são exemplos vivos de como o capital humano pode ser fortalecido quando se respeitam os saberes locais, a identidade racial e a vivência comunitária. Posteriormente, a ECRR passou a alcançar a esfera concreta do trabalho, da geração de renda e da circulação de saberes. Esse ciclo se reproduz em outras trajetórias, como a de Rebeca Silva da Silva, que encontrou na capoeira estímulo para empreender: “Hoje eu tenho meu nome, eu tenho minha própria confeitaria, e estou quase me formando na Faculdade de Educação Física. Já dou aulas de capoeira em escolas e em projetos sociais.”

Atualmente, na ECRR, o trabalho cultural é também um projeto de valorização do capital humano, da cultura negra e do desenvolvimento comunitário. Assim, a ECRR opera como ferramenta de reconstrução social, reconstruindo narrativas e abrindo caminhos onde antes havia estigmas e bloqueios. Mais do que preparar corpos, a escola prepara consciências para o mundo. E isso é, de fato, a essência do desenvolvimento do capital humano: gerar capacidades, libertar potências e garantir que todas as pessoas, especialmente as historicamente marginalizadas, possam sonhar, escolher e realizar seus próprios projetos de vida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da ECRR no Parque Pedra de Xangô evidencia como a capoeira, enraizada na memória afro-brasileira, se atualiza como forma legítima de reexistência

urbana e construção de pertencimento em territórios periféricos. Mais do que um exercício corporal, a prática se inscreve como pedagogia comunitária, linguagem política e patrimônio imaterial que ativa redes afetivas e formas de valorização coletiva. Ao ocupar semanalmente o espaço com rodas, aulas e festivais, a ECRR converte a paisagem urbana em território simbólico, onde a ancestralidade negra se expressa como força presente na formação de sujeitos e modos de vida.

Essa atuação se torna ainda mais visível nos testemunhos que emergem ao longo do estudo. Personagens como Gabriel, Sonilze, Rebeca e Sérgio revelam como a escola produz oportunidades concretas, promovendo não apenas mobilidade social, mas também o fortalecimento de vínculos que sustentam a vida cotidiana em comunidades fragilizadas pelo racismo estrutural. A história de Douglas, que enfrentava dificuldades escolares e reencontrou autoestima e disciplina por meio da capoeira, sintetiza esse processo de transformação subjetiva e emancipação. A escola, nesse sentido, não apenas oferece acolhimento, mas também restitui horizontes de futuro.

Ao atuar sobre os sentidos atribuídos ao espaço, a ECRR opera o que Foucault (2021) comprehende como disputa de regimes de verdade. A cidade, antes organizada sob normas de vigilância e exclusão, é reconfigurada como espaço de memória e prática negra. A roda torna-se ritual de presença e insurgência, desestabilizando os modos de normatização e instituindo outras formas de habitar o território com dignidade. Essa intervenção cultural ressignifica o urbano, deslocando os marcos tradicionais de pertencimento e reorganizando o uso dos espaços públicos com base em valores comunitários e ancestrais.

Diante dessas constatações, é urgente que as políticas públicas reconheçam o papel das práticas culturais afro-brasileiras na promoção de desenvolvimento humano, inclusão e justiça territorial. A experiência da ECRR demonstra que projetos enraizados na memória coletiva podem atuar como instrumentos consistentes de transformação, mesmo em contextos de vulnerabilidade. Recomenda-se, por isso, o fortalecimento institucional dessas iniciativas, bem como a ampliação de pesquisas que aprofundem seus efeitos educacionais, econômicos e simbólicos — especialmente nas articulações internacionais que demonstram o alcance da capoeira como linguagem global de resistência.

6.1 Síntese dos resultados

A atuação da ECRR em Cajazeiras revela-se estratégica para o desenvolvimento humano e territorial, articulando cultura afro-brasileira, memória coletiva e educação popular. Com base nos relatos e documentos analisados, identificam-se quatro dimensões centrais: pertencimento territorial, capoeira como trabalho e capital, patrimônio e espiritualidade, e ampliação das liberdades reais (Sen, 2010).

A validação institucional da ECRR por políticas públicas — como a aprovação do projeto *Capoeira Viva nas Escolas*, a Bolsa Esporte e o reconhecimento como Ponto de Cultura — reforça seu papel como agente de desenvolvimento. Assim, a ECRR constitui um modelo potente de articulação entre cultura, educação e desenvolvimento, reafirmando as periferias como espaços de criação e futuro.

6.2 Contribuições para o desenvolvimento regional

A consolidação da ECRR como referência territorial revela que práticas culturais gestadas em contextos populares, quando articuladas à memória coletiva, podem constituir estratégias legítimas de desenvolvimento. Com mais de duas décadas de atuação em Cajazeiras, a escola construiu um percurso que entrelaça capoeira, educação e identidade negra como base para a formação de sujeitos autônomos e para a ressignificação de espaços historicamente marcados por exclusão. A concepção de desenvolvimento como ampliação das liberdades reais, proposta por Amartya Sen (2010), encontra eco nesse processo, pois a escola transforma cultura em possibilidade concreta de escolha, mobilidade e bem-estar.

Essa transformação é visível nos relatos de Gabriel Rocha, Rebeca Silva, Sonilze Santos e Sérgio Veloso, que demonstram como o vínculo com o território, aliado ao pertencimento cultural, fortalece trajetórias individuais e coletivas. Jovens formados pela escola se tornam educadores, artistas e empreendedores, em um movimento que ultrapassa fronteiras e projeta a capoeira como linguagem de emancipação. A própria ECRR, ao ser reconhecida como Ponto de Cultura por meio de iniciativas como o Capoeira Viva nas Escolas, a Bolsa Esporte e o Programa Cultura Viva, institucionaliza sua atuação e amplia

seu alcance político e simbólico. A capoeira, nesse cenário, torna-se política pública e epistemologia em movimento.

A força dessa experiência reside justamente na capacidade de conectar saberes ancestrais com formas contemporâneas de atuação e reconhecimento. A escola não se limita à reprodução da tradição, mas transforma a capoeira em política educativa e cultural, atuando tanto no plano local quanto internacional. Essa prática exige do Estado uma resposta concreta: políticas públicas que assegurem a regulamentação da profissão do mestre, a proteção de territórios sagrados como o Parque Pedra de Xangô, e a inserção definitiva da capoeira nos currículos escolares como prática legítima de formação humana e cidadã. O exemplo da ECRR explicita que o desenvolvimento não se faz apenas com infraestrutura, mas com dignidade e pertencimento.

Ao articular a capoeira como trabalho, expressão identitária e resistência histórica, a ECRR contribui para a constituição de territórios negros mais plurais, inclusivos e culturalmente enraizados. Suas práticas deslocam o eixo das políticas desenvolvimentistas centradas na lógica mercantil e apontam para um modelo territorial que valoriza a diversidade como fundamento da justiça social. O fortalecimento de experiências como essa é fundamental não apenas para democratizar a cidade, mas para reinventá-la como espaço de afirmação das epistemologias negras, da memória viva e do direito à presença.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, André Luiz Couto do; SANTOS, Rafael Ferraz dos. **Capoeira, herdeira da diáspora negra do Atlântico:** de arte criminalizada a instrumento de educação e cidadania. Rio de Janeiro: Revista Periferia, v. 7, n. 2, p. 44–61, jul./dez. 2015.
- BAHIA (Estado).** *Resultado final da seleção do Programa Estadual para Apoio à Prática do Esporte do Bolsa Esporte: edital 02/2021.* Salvador: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, 2021. Disponível em: https://www.ba.gov.br/esporte/sites/site-sudesb/files/migracao_2024/arquivos/File/BOLSA_ESPORTE_2021/Bolsa_esporte_2022/RESULTADO_FINALBOLSAESPORTE.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.
- BLASCO**, Verónica. Los niños y niñas de verano en Parroquia aprenden capoeira. **Jávea.com**, 25 jul. 2018. Disponível em: <https://www.javea.com/pt/los-ninos-y-ninas-de-verano-en-parroquia-aprenden-capoeira/>. Acesso em: 28 maio 2025.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.640, de 2020. Dispõe sobre o reconhecimento do ofício de Profissional de Capoeira e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020.
- BRUTUS** Escola de Capoeira Regional Remanescentes. Titular: Rafael Casais Machado Ferreira. CNPJ: 43.553.729/0001-06. Disponível em: <https://inteligent.com.br/empresa/brutus-escola-de-capoeira-regional-remanescentes-rafael-casais-machado-ferreira-43553729000106>. Acesso em: 28 maio 2025.
- CATADO DE CULTURA.** A Pedra de Xangô e a saga épica do quilombo Orobú na Bahia. Disponível em: https://catadodecultura.com.br/a-pedra-de-xango-e-a-saga-epica-do-quilombo-orobu-na-bahia. Acesso em: 31 maio 2025.
- CAMPOS, Hélio. **Capoeira Regional:** a escola de Mestre Bimba. Salvador: EDUFBA, 2009. 306 p.
- CANCLINI, Néstor García; PIEDRAS, Ernesto. **Las industrias culturales y el desarrollo de México:** siglo XXI. México: Siglo XXI Editores, 2005.
- ESCOBAR, Arturo. **Territórios de diferença:** a ontologia política dos "direitos ao território". Tradução de Marina Vargas. São Paulo: N-1 Edições, 2015.
- ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia:** la ontología política de los "derechos al territorio". Cuadernos de Antropología Social, n. 41, p. 25-38, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978).
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 42. ed., 10. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 45. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

GABRIEL JONATAN DOS SANTOS ROCHA. CNPJ: 39.384.846/0001-08. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/39384846000108-GABRIEL-JONATAN-DO-S-SANTOS-ROCHA>. Acesso em: 28 maio 2025.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de registro da roda de capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil.** Brasília: IPHAN, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. ISBN 978-85-88208-97-1.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência.** In: PEIRANO, Mariza Corrêa (org.). **O dito e o feito:** ensaios de antropologia dos rituais. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009. p. 133–142.

MARCONDES, Maria Isabela; BRISOLA, Érika Bechara. **Análise por triangulação de métodos:** um referencial para pesquisas organizacionais. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 14, n. 1, p. 265–286, 2014.

MENESES, Fernanda. Festival de Capoeira reúne brasileiros e estrangeiros na Pedra de Xangô. *Correio24Horas*, Salvador, 4 ago. 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/salvador/festival-de-capoeira-reune-brasileiros-e-estrangeiros-na-pedra-de-xango-0819>. Acesso em: 30 maio 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo.** 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/OR Editor Produtor, 2002.

PEDREÑO, Natanael Bello. Fin de semana al ritmo de capoeira. Diario de Cádiz, 30 jul. 2010. Disponível em: https://www.diariodecadiz.es/cadiz/Fin-semana-ritmo-capoeira_0_391761442.html. Acesso em: 28 maio 2025.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015:** o trabalho como motor do desenvolvimento humano. Brasília: PNUD, 2015.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019:** além do rendimento, além das médias, além do presente – Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Lisboa: PNUD; Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

REBECA. Empreendedorismo e formação a partir da vivência na ECRR. *YouTube*, 2025. Disponível em: https://youtu.be/S05-TF0g5_E. Acesso em: 29 maio 2025.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola:** ensaio socioetnográfico. Salvador: Itapuã, 1968. ROCHA, Emerson Ferreira. **O negro no mundo dos ricos:** um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

SALVADOR (Município). Fundação Gregório de Mattos. **A capoeira em Salvador:** registro de mestres e instituições. Organização: Franciane Simplício, Alex Pochat e Nágila Diacuí. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2015. 180 p. (Coleção Capoeira Viva).

SALVADOR (Município). Fundação Gregório de Mattos. **Resultado final e de interposição de recurso – Edital 006/2024 – Capoeira Viva nas Escolas (2ª edição).** Diário Oficial do Município, Salvador, n. 4.143, p. 15–16, 15 abr. 2024.

SALVADOR (Município). Fundação Gregório de Mattos. **Resultado preliminar da etapa de habilitação – Edital 02/2025 – Prêmio Pontos de Cultura de Salvador.** Diário Oficial do Município, Salvador, n. 4.205, p. 13–14, 21 maio 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. ISBN 978-85-359-1646-1.

SILVA, Maria Alice Pereira da. **Pedra de Xangô: um lugar do sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador.** 2017. 405 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, Maria Alice Pereira da. **Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador/Maria Alice Pereira da Silva;** Fundação Gregório de Mattos; coordenador Magnair Santos Barbosa; prefácio Fábio Macêdo Velame, Wilson Rogério Penteado Júnior. Recife: Liceu, 2019.

SILVA, **A governança espiritual [recurso eletrônico]:** o sagrado afro-brasileiro na edificação do Memorial do Parque Pedra de Xangô / Maria Alice Pereira da Silva. – Salvador, 2023. 623 p.: il. Tese – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. 2023. Orientador: Prof. Dr. Fábio Macêdo Velame. Coorientador: Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade:** a forma social negro-brasileira. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SONIIZE. Depoimento sobre a capoeira e transformação pessoal. *YouTube*, 2025. Disponível em: <https://youtube.com/shorts/KJrEILWTjXY?feature=share>. Acesso em: 29 maio 2025.

SOUZA, José Gileá de. **Desenvolvimento:** como compreender e mensurar. Curitiba: Appris, 2018SODRE

TV BAHIA. Projeto social ensina capoeira a crianças no bairro de Cajazeiras, em Salvador. Jornal da Manhã, Salvador, 2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3846914/>. Acesso em: 28 maio 2025.

XII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional 2025

Planejamento e Desenvolvimento Regional: Estado, Mercado e Sociedade

ISSN 2447-4622

VICTOR. Experiência internacional com a ECRR e o Parque Pedra de Xangô. *YouTube*, 2025. Disponível em: <https://youtu.be/fg0gKDN80Vk>. Acesso em: 29 maio 2025.